



Estratégia
Concursos

7° SIMULADO

TJSC

TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR

Simulado Especial

7º Simulado TJ-SC

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-SC;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora FCC, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TJ-SC-Técnico-18-04-20>

01 – A B C D E
02 – A B C D E
03 – A B C D E
04 – A B C D E
05 – A B C D E
06 – A B C D E
07 – A B C D E
08 – A B C D E
09 – A B C D E
10 – A B C D E
11 – A B C D E
12 – A B C D E
13 – A B C D E
14 – A B C D E
15 – A B C D E
16 – A B C D E
17 – A B C D E
18 – A B C D E
19 – A B C D E
20 – A B C D E

21 – A B C D E
22 – A B C D E
23 – A B C D E
24 – A B C D E
25 – A B C D E
26 – A B C D E
27 – A B C D E
28 – A B C D E
29 – A B C D E
30 – A B C D E
31 – A B C D E
32 – A B C D E
33 – A B C D E
34 – A B C D E
35 – A B C D E
36 – A B C D E
37 – A B C D E
38 – A B C D E
39 – A B C D E
40 – A B C D E

41 – A B C D E
42 – A B C D E
43 – A B C D E
44 – A B C D E
45 – A B C D E
46 – A B C D E
47 – A B C D E
48 – A B C D E
49 – A B C D E
50 – A B C D E
51 – A B C D E
52 – A B C D E
53 – A B C D E
54 – A B C D E
55 – A B C D E
56 – A B C D E
57 – A B C D E
58 – A B C D E
59 – A B C D E
60 – A B C D E

PORTUGUÊS

Juliana Oliveira

Práticas e convenções

Os direitos e deveres estabelecem-se primeiro na prática, depois por convenção. O senso do que é justo, do que é socialmente desejável, mesmo do que é moral, firma-se em valores culturais, cujo acatamento coletivo muitas vezes demanda as prescrições de um código. Ocorre que a legitimidade desse código pode vir a se tornar mera e vazia convenção, quando seus 5postulados já não refletem a evolução dos fatos da cultura. As revisões dos dispositivos da lei fazem-se, por vezes, com tal atraso, que apenas retiram de um texto caduco aquilo que as pessoas há muito removeram de suas práticas sociais.

As recentes alterações no Código Civil brasileiro, elogiáveis em tantos aspectos, estão longe de representar algum avanço mais profundo, refletindo, apenas hoje, valores que, na 10prática social, firmaram-se há décadas. No que diz respeito ao papel da mulher na modernidade, essas alterações não fazem mais que formalizar (quase diria: envergonhadamente) direitos conquistados ao longo das lutas feministas, desde que a mulher tomou para si a tarefa que lhe cabia: demarcar com clareza e soberania o território de sua atuação, território que há muito é seu, não por convenção, mas pela ação cotidiana que se fez histórica.

(Diógenes Torquato)

01. As práticas sociais e o estabelecimento dos textos legais, segundo o texto.

- a) simultaneamente ocorrem com influências recíprocas.
- b) respectivamente constituem o plano das convenções e o plano da vida cultural.
- c) simultaneamente ocorrem sem influência de um em outro.
- d) respectivamente constituem o plano da vida cultural e o plano das convenções.
- e) respectivamente constituem o plano dos valores ideais e o plano dos valores históricos.

02. Considere as seguintes afirmações:

- I. No que diz respeito ao papel da mulher na sociedade moderna, as recentes alterações no Código Civil brasileiro, revelam-se anacrônicas, ignorando direitos há muito firmados na prática.
- II. Antes de se sistematizarem num texto legal, as lutas feministas constituem um claro exemplo de que os valores e os direitos se afirmam na prática das ações sociais.
- III. A legitimidade de um código legal depende de que este se apresente sem nenhum defeito formal, constituindo-se plenamente numa clara convenção.

Em relação ao texto está correto, **SOMENTE**, o que se afirma em:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) II e III.

03. Para preencher a lacuna da frase de modo correto, o verbo indicado entre parênteses deverá adotar uma forma do plural em:

- a) As normas que num código legal se (estipular) devem acompanhar a prática das ações sociais.
- b) As recentes alterações que (haver) no Código Civil brasileiro são elogiáveis em muitos aspectos.
- c) Não nos (dizer) respeito definir o que é ou não é legítimo, se não distinguimos entre o que é e o que não é um fato social.
- d) Se dos postulados dos códigos (nascer) todo direito, a justiça humana seria uma simples convenção.
- e) Ao longo das lutas feministas tanta coisa se (conquistar) que muitos dispositivos legais se tornaram imediatamente obsoletos.

04. Os tempos verbais estão adequadamente correlacionados na opção:

- a) As mulheres muito lutariam para que possam ter seus direitos respeitados.
- b) Esses valores se instituíram na prática, e só muito depois houveram sido formalizados.
- c) Firma-se o senso do que é justo à proporção que passassem os anos.
- d) São de se elogiar as alterações apresentadas pelo Código que recentemente se lançou.
- e) Coube às mulheres lutar para que sejam reconhecidos os direitos que lhes negássemos.

05. A expressão **de cujo** preenche corretamente a lacuna da frase:

- a) É um processo de luta sucesso muitas se empenham.
- b) As novidades do novo Código Civil, muito se falou, são um tanto tímidas.
- c) As lutas feministas, sucesso ninguém mais duvida, travaram-se ao longo de muitas décadas.
- d) A grande tarefa do legislador, esforço devemos reconhecer, é acompanhar a evolução dos fatos da cultura.
- e) As práticas sociais, valor nenhum outro deveria se sobrepor, são por vezes ignoradas.

06. É preciso **corrigir** a redação da seguinte frase:

- a) Li o novo código e, no fundamental, nada tenho a lhe opor.
- b) É louvável, reconheça-se, a coragem com que as feministas pioneiras se lançaram à luta.
- c) Os povos primitivos orientam-se por uma tradição de valores mais precisos e mais permanentes que os nossos.
- d) Há sempre quem discuta as leis; mais difícil é haver quem discuta os valores já estabelecidos na prática social.
- e) Se contra fatos não há argumentos, esta é uma afirmação autoritária, na qual não se deve recorrer.

07. Está inteiramente clara e correta a redação da frase:

- a) É na constância da prática que os valores culturais se retificam, confirmando-se assim como valores onde sua legitimidade torna-se indiscutível.
- b) Embora elogiáveis sobre muitos aspectos, as alterações do novo código não obtivera mais do que buscar acompanhar fatos há muito consolidados.
- c) O autor do texto ao tratar de práticas e convenções está referindo às ações nas quais cujos seus valores nem sempre são imediatamente acompanhados pela legislação vigorosa.
- d) A demarcação de um campo de direitos não prescinde de muita luta, tal como pode observar quem venha acompanhando o processo das batalhas feministas.
- e) Não obstante haja quem o discorde, muitos acreditam que o que é justo decorre do texto legal, não se passando o mesmo com a prática das ações.

08. A necessidade ou não do sinal de crase está **inteiramente observada** na frase:

- a) Deve-se à luta das feministas o respeito aos direitos que cabem também às outras parcelas de injustiçados que integram a nossa sociedade.
- b) Encontra-se a disposição dos interessados a nova edição do Código Civil, à qual, aliás, já se fizeram objeções à torto e à direito.
- c) À vista do que dispõe o novo código, não caberá à ninguém a condição “natural” de cabeça de casal, à qual, até então, se reservava para o homem.
- d) Pode ser que à curto prazo o novo código esteja obsoleto em vários pontos, à exemplo do que ocorreu com o antigo.
- e) Não se impute à uma mulher a culpa de não ter lutado por seus direitos; todas as pressões sociais sempre a conduziram àquela “virtuosa” resignação.

09. A única frase corretamente construída é:

- a) Espero que Vossa Excelência aprecie o novo código.
- b) Se o senhor preferir, aguardarei que termine a leitura integral do código.
- c) Se passares os olhos pela nova redação, poderá ver que são pequenas as alterações.
- d) Conserva contigo esse exemplar do novo código; não vá perdê-lo, por favor.
- e) Se Vossa Senhoria não fizer objeção, levo-lhe ainda hoje a nova redação do código.

10. Considere os seguintes casos:

- I. Os homens, que ignoram os direitos da mulher, passarão a acatá-los. Os homens que ignoram os direitos da mulher passarão a acatá-los.
- II. Os advogados, inquietos, aguardavam o resultado do processo. Os advogados inquietos aguardavam o resultado do processo.
- III. O valor de um código, estabelecido por convenção, deve ser comprovado na prática. O valor de um código estabelecido por convenção deve ser comprovado na prática.

A alteração na pontuação provoca alteração de sentido em:

- a) I, somente.
- b) I e II, somente.
- c) I e III, somente.
- d) II e III, somente.
- e) I, II e III.

11. A carta vinha endereçada para e para; é que a abriu.

- a) mim - tu - por isso
- b) mim - ti - porisso
- c) mim - ti - por isso
- d) eu - ti - porisso
- e) eu - tu - por isso

12. Assinalar a frase gramaticalmente correta

- a) Quando ele vir esse documento, reagirá imediatamente.
- b) Quando ele ver esse documento, reagirá imediatamente
- c) Quando ele vir este documento, reagirá imediatamente.
- d) Quando ele ver este documento, reagirá imediatamente
- e) Quando ele vir esse documento, reagirá imediatamente.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Alex Lira

13. Públio, Pétrus e Luigi trabalham em uma loja. No mês de junho, Públio vendeu $\frac{2}{3}$ e Pétrus vendeu $\frac{1}{6}$ do total de produtos vendidos pela loja. Sabe-se que, no mesmo mês de junho, Luigi vendeu 6 produtos. Com essas informações, conclui-se que, no mês de junho, o número de produtos que a loja vendeu foi igual a:

- a) 42
- b) 28
- c) 32
- d) 36
- e) 52

14. Considere que no mês de outubro, os estudantes Camilo e Artur haviam gastado, respectivamente, dois terços e três quintos de suas mesadas. Embora a mesada de Camilo seja menor, ele gastou R\$ 8,00 a mais que Artur. Se a soma dos valores das duas mesadas é R\$ 810,00, qual é o valor monetário da diferença entre os valores das duas mesadas?

- a) 28
- b) 29
- c) 30
- d) 31
- e) 32

15. Se a idade de uma jovem hoje é a diferença entre a metade da idade que ela teria daqui a dez anos e a metade da idade que ela tinha há dois anos, qual a sua idade hoje?

- a) 3 anos.
- b) 2 anos.
- c) 4 anos.
- d) 5 anos.
- e) 6 anos.

16. Três homens decidiram fazer uma caminhada num estádio. Elas saíram às 9 horas, do mesmo ponto de partida. Considerando que elas levam, respectivamente, 10, 12 e 15 minutos para dar uma volta completa na pista, pode-se afirmar que elas se encontrarão novamente às:

- a) 9h30min.
- b) 9h37min.
- c) 9h45min.
- d) 10h.
- e) 11h15min.

17. Um parque fez uma pesquisa com seus frequentadores. Após o levantamento, os associados foram divididos em: praticantes de esportes, interessados em lazer e frequentadores da piscina. Assim a pesquisa constatou que: 68% dos associados eram frequentadores da piscina; 44% dos associados estavam interessados em lazer; 41% dos associados eram praticantes de esportes; 18% dos associados estavam interessados em lazer e eram praticantes de esportes; 24% dos associados eram frequentadores da piscina e eram praticantes de esportes; e, 25% dos associados eram frequentadores da piscina e estavam interessados em lazer. Sabendo que o número de associados que eram frequentadores da piscina, praticantes de esportes e que estavam interessados em lazer é 252, então o número de associados desse parque é:

- a) 1.400
- b) 1.500
- c) 1.600

- d) 1.700
- e) 1.800

18. Quatro casais reúnem-se para um jogo de damas. Como há apenas um tabuleiro, eles combinam que:

- I) nenhuma pessoa pode jogar duas partidas seguidas;
- II) marido e esposa não jogam entre si.

Na primeira partida, Cássia joga contra Alexandre. Na segunda, Ana joga contra o marido de Joana. Na terceira, a esposa de Alexandre joga contra o marido de Ana. Na quarta, Cássia joga contra Camilo. E na quinta, a esposa de Gideão joga contra Alexandre.

A esposa de Tobias e o marido de Esther são, respectivamente:

- a) Cássia e Alexandre;
- b) Ana e Camilo;
- c) Joana e Gideão;
- d) Ana e Alexandre;
- e) Cássia e Gideão.

DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Ricardo Torques

19. João é deficiente visual e comumente queixa-se da falta de acessibilidade nas ruas de sua cidade. Recentemente, enquanto caminhava pelo centro, quase foi atropelado por um carro em razão da falta de pisos táteis que indicassem a faixa de pedestres. De acordo com os conceitos apresentados pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 15.146/2015), a ausência de pisos táteis é:

- a) barreira arquitetônica.
- b) barreira nos transportes.
- c) barreira urbanística.
- d) barreira na informação.
- e) barreira atitudinal.

20. A família de João ficou sabendo de um tratamento, ainda incipiente, que prometia melhoras consideráveis em pessoas que haviam perdido a visão por doenças degenerativas. João ficou bastante cético e recusou-se a realizar o tratamento. Nesse cenário, de acordo com a Lei nº 13.146/2015, pode-se afirmar que:

- a) João não poderá ser obrigado a se submeter a intervenção clínica ou cirúrgica, a tratamento ou a institucionalização forçada.
- b) Por João ser pessoa com deficiência, a decisão sobre o tratamento caberá aos seus pais ou responsáveis legais.
- c) João poderá submeter-se ao tratamento independentemente de consentimento.
- d) Se João, pessoa com deficiência, estivesse em situação de tutela ou curatela, pesquisas científicas poderiam ser realizadas com sua participação desde que existissem indícios de benefício direto para sua saúde exclusivamente.
- e) O consentimento prévio, livre e esclarecido é exigido para situações de emergência em saúde, mas dispensado em caso de risco de morte.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

21. O Tribunal de Justiça de Santa Catarina realizou procedimento licitatório para aquisição de materiais de uso contínuo do órgão. Após a publicação do edital e andamento normal do certame, todas as propostas apresentadas pelos licitantes foram desclassificadas. Diante dessa situação, a Administração:

- a) deve reconhecer a ocorrência da licitação deserta, dispensar o procedimento licitatório e contratar diretamente uma empresa para fornecer os materiais.
- b) deve declarar a ocorrência da chamada “licitação fracassada”, dispensando nova licitação para aquisição dos bens, desde que sejam mantidas as mesmas condições estipuladas na melhor proposta apresentada na licitação.
- c) deve, obrigatoriamente, dar continuidade ao procedimento, fixando prazo para apresentação de novas propostas.

d) pode encerrar o procedimento licitatório em curso e abrir nova licitação, caso persista a necessidade da contratação.

e) no caso de convite, deverá fixar prazo de oito dias úteis para apresentação de novas propostas e continuidade do procedimento.

22. José, servidor público civil do Estado de Santa Catarina, no exercício de suas funções, causou prejuízo a terceiro, usuário do serviço público prestado pela autarquia em que trabalha. Nessa situação, a responsabilidade civil de José será apurada:

- a) com base na teoria do risco administrativo, respondendo objetivamente pelos seus atos.
- b) com base na responsabilidade objetiva pura, que é aquela incidente quando não há culpa do agente.
- c) de forma subjetiva, em ação de regresso ajuizada pela autarquia, esta sim com responsabilidade primária e objetiva nos casos de danos causados a terceiros por seus agentes.
- d) com base na teoria da responsabilidade objetiva, uma vez que o dano foi causado ao usuário do serviço, mas poderia responder de forma subjetiva, caso se tratasse de não usuário do serviço.
- e) de forma subsidiária e subjetiva, apenas se o Estado não arcar diretamente com os prejuízos causados ao particular.

23. Jonas é servidor público e fez uma doação de determinados bens para uma entidade assistencial, cuja sede ficada na mesma localidade do órgão em que atuava. Todavia, o procedimento de doação não observou os procedimentos legais e regulamentares, sendo que Jonas não pediu autorização à sua chefia para realizar a doação. Contudo, as informações indicam que o servidor não se apropriou de qualquer bem nem obteve qualquer benefício para si.

Nessa hipótese, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, a autoridade administrativa competente deverá:

- a) decretar a indisponibilidade de bens do servidor.
- b) aplicar as sanções civis, administrativas e penais cabíveis, pois estas são independentes e cumuláveis.
- c) determinar a suspensão dos direitos políticos de Jonas, pelo prazo de oito a dez anos.

- d) apurar os fatos em inquérito administrativo, encaminhando as conclusões para o órgão com legitimidade para interpor a ação de improbidade, objetivando punir o agente público e condená-lo ao ressarcimento do prejuízo causado ao erário.
- e) desfazer a doação, aplicando as sanções administrativas ao servidor, mas não caberá a interposição de ação de improbidade, em virtude da ausência de prejuízo ao erário e de má-fé do servidor.

24. Em relação ao dever de motivação dos atos administrativos, conforme previsto na Lei nº 9.784/1999, podemos afirmar que:

- a) é dever da Administração emitir decisão explícita nos processos administrativos e sobre solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência.
- b) fica dispensada a motivação dos atos administrativos que decorram de reexame de ofício.
- c) a motivação deve ser explícita, vedada a mera declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres.
- d) em qualquer caso, está autorizada a utilização de meio mecânico que reproduza os fundamentos das decisões, quando se tratar de assuntos da mesma natureza.
- e) a decisão de recursos administrativos pode, motivadamente, ser objeto de delegação a autoridade hierarquicamente subordinada.

25. Os atos administrativos podem ser extintos por anulação ou revogação, ou podem ser convalidados, em algumas situações. A respeito do tema, é possível afirmar que:

- a) os vícios encontrados nos elementos competência, finalidade, forma, motivo e objeto sempre podem ser convalidados, a critério discricionário do administrador.
- b) a revogação atinge atos válidos, razão pela qual não retroage, com a manutenção dos efeitos gerados durante a vigência do ato desfeito.
- c) a revogação e a anulação podem ser declaradas por provocação ou de ofício, pela própria administração ou pelo Poder Judiciário.
- d) a anulação possui efeitos *ex nunc*, mantendo a validade dos atos praticados desde a data da emissão até a data da declaração de nulidade.
- e) nenhum efeito decorre de um ato anulado, inclusive no que diz respeito aos terceiros de boa-fé.

26. Acerca da organização administrativa, a criação de um ministério e de uma autarquia representam hipóteses de:

- a) descentralização por outorga.
- b) descentralização e desconcentração, respectivamente.
- c) descentralização por delegação e desconcentração, respectivamente.
- d) desconcentração e descentralização por outorga, respectivamente.
- e) desconcentração, em ambos os casos.

27. A Administração Pública rege-se por diversos princípios expressos ou implícitos. Nesse caso, o princípio da finalidade representa a busca pela satisfação do interesse público, bem como da finalidade específica prevista em lei. Esse princípio:

- a) encontra-se expresso no texto constitucional, assim como os princípios da legalidade e da impessoalidade.
- b) é um princípio implícito na Constituição, decorrendo do princípio constitucional expresso da impessoalidade.
- c) é sinônimo de legalidade e está, juntamente com este, previsto de forma expressa na Constituição.
- d) é princípio implícito na Constituição, assim como o princípio da eficiência e da razoabilidade.
- e) decorre diretamente do princípio constitucionalmente expresso da indisponibilidade do interesse público.

28. Seiya é servidor público do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e aplicou penalidade ao servidor Saga, seu desafeto. Porém, ainda que Saga de fato tenha praticado o ato ilícito, a sanção aplicada excedia a alçada de competência de Seiya. Nesse caso, considerando os poderes administrativos, pode-se dizer que Seiya:

- a) agiu corretamente, em decorrência do poder disciplinar, uma vez que o interesse público permite a imposição de penalidades, desde que a pena tenha previsão legal.
- b) agiu dentro de seu poder vinculado, passível de convalidação, em qualquer caso.
- c) usurpou do seu poder discricionário, já que deveria ter enviado o processo à autoridade competente para imposição da pena, admitindo a revogação da sanção imposta.

- d) agiu com desvio de finalidade, pois ainda que a pena tenha fundamento em lei, Seiya jamais poderia punir um desafeto seu, mas o ato será passível de convalidação.
- e) agiu com abuso de poder, na modalidade conhecida como excesso de poder, que se caracteriza pelo vício no elemento competência.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

29. A respeito dos princípios fundamentais enumerados no primeiro título da Constituição Federal, indique a única alternativa que contém informação INCORRETA:

- a) Plebiscito, referendo e iniciativa popular são exemplos de formas de exercício direto da soberania popular no Brasil. A iniciativa popular, no âmbito federal, requer a manifestação de, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, dividido por pelo menos cinco estados da federação, tendo cada um três décimos por cento de seu eleitorado.
- b) A indissolubilidade do vínculo federativo está expressa na Constituição Federal. Por se tratar de limitação material ao poder de reforma da Constituição, nem mesmo por emenda será possível admitir que Estados, Municípios e Distrito Federal possam se desvincular da República Federativa do Brasil.
- c) Soberania, cidadania, prevalência dos direitos humanos, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político são fundamentos da República Federativa do Brasil.
- d) A construção de uma sociedade livre, justa e solidária e a redução das desigualdades sociais e regionais são objetivos da República Federativa do Brasil.
- e) A concessão de asilo político não é um direito fundamental e não gera ao estrangeiro o direito subjetivo ao seu recebimento no Brasil, ainda que esteja sofrendo perseguição política em seu país.

30. Dentre os direitos sociais abaixo, indique a alternativa que contém aquele que não foi estendido pela Constituição Federal, expressamente, ao trabalhador doméstico:

- a) Seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.
- b) Fundo de garantia do tempo de serviço.
- c) Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
- d) Salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei.
- e) Redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.

31. A respeito de conceito, elementos e formação de Estado, forma de Estado, sistema de governo e forma de governo, indique a única resposta INCORRETA.

- a) Em uma República, o governante deve ser eleito diretamente pelo povo.
- b) A forma federativa de Estado, no Brasil, constitui limitação material expressa ao poder de reforma da Constituição. Dessa feita, nem mesmo por emenda, a secessão poderá ser admitida.
- c) Em decorrência do sistema presidencialista de governo, no Brasil, o Presidente da República acumula as funções de chefe de Estado e chefe de governo.
- d) Em uma federação, a organização político-administrativa do Estado é descentralizada, de maneira que, no caso brasileiro, União, Estados, Distrito Federal e Municípios são autônomos, não havendo nenhum tipo de hierarquia entre os entes.
- e) A República não foi consagrada expressamente pela Constituição Federal de 1988 como cláusula pétrea, embora constitua princípio constitucional sensível.

32. A respeito do processo legislativo, conforme disposto na Constituição Federal e na jurisprudência do Supremo Tribunal, indique a única alternativa correta.

- a) O processo legislativo compreende a elaboração de emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos e resoluções.

- b) Assim como ocorre no processo legislativo das emendas à Constituição, não há iniciativa popular no processo legislativo das leis complementares.
- c) É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos, direito eleitoral, direito penal, processual penal, direito civil e processual civil.
- d) Nos projetos de lei de iniciativa exclusiva do Presidente da República, não será admitida emenda parlamentar.
- e) Nos projetos de sua iniciativa, poderá o Presidente da República solicitar urgência para apreciação. Cada casa do Congresso Nacional terá prazo de 45 dias para manifestação sobre a proposição. Se o Senado emendar o projeto, a Câmara dos Deputados terá prazo de 10 dias para se manifestar.

33. A respeito da organização político-administrativa do Estado, indique a alternativa correta.

- a) Os Territórios integram a União e são criados por lei complementar aprovada pelo Congresso Nacional. Os Territórios, diferentemente do Distrito Federal, poderão ser divididos em Municípios.
- b) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- c) Cabe aos Municípios explorar diretamente, ou mediante concessão ou permissão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
- d) Os subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado serão fixados pela Assembleia Legislativa, por meio de decreto legislativo, observados os limites constitucionais.
- e) O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por três quintos dos membros da Câmara Municipal.

34. A respeito do Poder Legislativo e da autonomia estadual, assinale a opção correta, nos termos definidos pela Constituição Federal e pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

- a) Compete ao Congresso Nacional processar e julgar o advogado-geral da União por crime de responsabilidade.
- b) A Constituição Federal proíbe a edição de medidas provisórias estaduais.
- c) A comissão parlamentar de inquérito (CPI) tem a prerrogativa para convocar Ministros de Estado a prestarem esclarecimentos, mas não podem promover a quebra de sigilo bancário de investigado.
- d) Compete ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, conceder anistia. Terrorismo, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, tortura e os crimes hediondos definidos por lei não admitem anistia.
- e) Nas últimas eleições, o Estado do Ceará elegeu 22 deputados federais. A quantidade de deputados estaduais é definida a partir da quantidade de deputados federais eleitos, de forma que o número de deputados estaduais do Ceará corresponde ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados.

35. Acerca da organização e competência do Poder Judiciário e das Funções Essenciais à Justiça, assinale a opção correta.

- a) Compete ao Supremo Tribunal Federal, processar e julgar originariamente a ação popular contra ato do Presidente da República.
- b) Compete ao Tribunal de Justiça processar e julgar mandado de segurança em matéria trabalhista contra ato do Governador.
- c) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar a abusividade no exercício do direito de greve praticado por servidores públicos celetistas.
- d) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e município ou pessoa domiciliada ou residente no país.

e) Compete à Justiça Federal processar e julgar o litígio entre a União e o Estado da Paraíba, uma vez que não há, na hipótese, conflito federativo a atrair a competência do Supremo Tribunal Federal.

36. Acerca do Poder Judiciário, indique a alternativa incorreta:

a) Os Tribunais Regionais Eleitorais são compostos de sete juízes, dois deles são escolhidos dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça; dois juízes, escolhidos pelo Tribunal de Justiça dentre juízes de direito; um juiz do Tribunal Regional Federal ou, não havendo sede de TRF no Estado, juiz federal, escolhido, em qualquer caso, pelo Tribunal Regional Federal respectivo; dois juízes nomeados pelo Presidente da República dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil.

b) A lei estadual poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, a Justiça Militar estadual, constituída, em primeiro grau, pelos juízes de direito e pelos Conselhos de Justiça e, em segundo grau, pelo próprio Tribunal de Justiça, ou por Tribunal de Justiça Militar nos Estados em que o efetivo militar seja superior a vinte mil integrantes.

c) Deve o juiz residir na Comarca em que atua, salvo por autorização do tribunal. Na mesma linha, sempre que necessário à eficiente prestação jurisdicional, o juiz far-se-á presente no local do litígio.

d) Um quinto das vagas dos Tribunais de Justiça, dos Tribunais Regionais Federais e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios deve ser reservado a advogados e membros do Ministério Público.

e) A vitaliciedade é uma das garantias constitucionais da magistratura. No primeiro grau, só será adquirida após dois anos de exercício e, nos tribunais, na data da posse.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

37. Levando-se em conta os direitos da personalidade, julgue as afirmativas a seguir:

a) Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome, o sobrenome e a alcunha.

b) O nome da pessoa pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham, desde que não haja intenção difamatória.

c) Não se pode usar o nome alheio em propaganda comercial sem autorização, salvo nos casos previstos em lei.

d) O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.

e) Em se tratando de morto ou de ausente, são partes legítimas para requerer proteção aos direitos da personalidade os ascendentes ou os descendentes.

38. Na celebração de contrato de compra e venda, vendedor e comprador procederam com dolo, que foi a causa do negócio. Nesse caso, de acordo com o Código Civil,

a) qualquer das partes poderá invocar o dolo da outra para anular o negócio, mas nenhuma delas poderá reclamar indenização.

b) qualquer das partes poderá invocar o dolo da outra para anular o negócio, ou reclamar indenização.

c) nenhuma das partes poderá invocar o dolo da outra para anular o negócio, ou reclamar indenização.

d) qualquer das partes poderá invocar o dolo da outra para reclamar indenização, mas não para anular o negócio.

e) somente a parte mais prejudicada poderá invocar o dolo da outra para anular o negócio, ou reclamar indenização.

39. Segundo o Código Civil, a transação

a) não admite a pena convencional ao ser celebrada.

b) interpreta-se restritivamente e por ela transmitem-se, declaram-se e reconhecem-se direitos.

c) permite-se em relação a direitos patrimoniais de caráter público ou privado.

- d) não aproveita, nem prejudica senão aos que nela intervierem, ainda que diga respeito a coisa indivisível.
- e) só se anula por dolo ou por erro essencial quanto à pessoa.

40. No direito das obrigações, a novação:

- a) exige a inequívoca intenção de novar, mas ela pode ser expressa ou tácita.
- b) somente se configura caso se refira a todos os elementos da obrigação anterior, pois inexistente novação parcial.
- c) é presumida diante da modificação unilateral da forma de cumprimento da obrigação originalmente estatuída.
- d) pode ser utilizada licitamente como meio de validar obrigações nulas ou extintas.
- e) da obrigação principal não tem reflexos sobre as obrigações acessórias, tal como a fiança.

41. No tocante à personalidade jurídica das sociedades,

- a) aplica-se a elas a proteção dos direitos da personalidade, possuindo honra objetiva - mas não subjetiva - e direito à reparação de danos materiais e morais.
- b) aplica-se a elas parcialmente a proteção dos direitos da personalidade, possuindo honra objetiva mas não tendo direito à reparação dos danos morais, embora possa indenizar-se dos prejuízos materiais.
- c) não se aplica a elas a proteção dos direitos da personalidade, porque são uma ficção jurídica e não possuem honra de nenhuma espécie, podendo pleitear apenas a reparação de danos materiais.
- d) aplica-se a elas integralmente a proteção dos direitos da personalidade, possuindo honra subjetiva e objetiva e podendo pleitear a reparação dos danos materiais e morais.
- e) não se aplica a elas a proteção dos direitos da personalidade, que é exclusiva às pessoas físicas, mas podem ajuizar demandas reparatorias materiais e morais.

42. Giancarlo tem 17 anos, é viciado em tóxicos e, por deficiência mental permanente, não exprime sua vontade de forma clara e inteligível. Giancarlo é

- a) relativamente incapaz em relação à idade e ao vício em tóxicos; absolutamente incapaz em relação à deficiência mental permanente.
- b) relativamente incapaz em relação a todas as situações indicadas.
- c) pelas circunstâncias, absolutamente incapaz em relação a todas as situações narradas.
- d) relativamente incapaz em relação à idade; absolutamente incapaz em relação ao vício em tóxicos e à deficiência mental permanente.
- e) relativamente incapaz em relação à idade e à deficiência mental permanente; capaz plenamente quanto ao vício em tóxicos, que representa somente um problema de saúde pública.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

43. As normas de competência definem qual órgão julgará cada ação, tomando por base critérios materiais, funcionais, territoriais e conforme as partes envolvidas na lide. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- a) A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis e imóveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do réu.
- b) Caso o réu tenha mais de um domicílio, será demandado no foro de domicílio do autor.
- c) Sendo incerto ou desconhecido o domicílio do réu, ele será demandado obrigatoriamente no foro de domicílio do autor.
- d) Quando o réu não tiver domicílio ou residência no Brasil, a ação será proposta no foro de domicílio do autor, e, se este também residir fora do Brasil, a ação será proposta em qualquer foro.
- e) Havendo 2 (dois) ou mais réus com diferentes domicílios, serão demandados no foro de domicílio do autor.

44. A capacidade processual, também denominada capacidade de estar em juízo, é um pressuposto processual de validade. Prevê o Código de Processo Civil que:

- a) Toda pessoa, maior e plenamente capaz nos termos da legislação civil, que se encontre no exercício de seus direitos tem capacidade para estar em juízo.
- b) O incapaz sempre será representado ou assistido por seus pais, na forma da lei.
- c) O juiz nomeará curador especial ao incapaz se este não tiver representante legal ou se os interesses deste colidirem com os daquele, enquanto durar a ação judicial.
- d) A curatela especial será exercida pela Defensoria Pública ou pelo Ministério Público, nos termos da lei.
- e) O juiz nomeará curador especial ao réu preso revel, bem como ao réu revel citado por edital ou com hora certa, enquanto não for constituído advogado.

45. Considerando o disposto sobre a forma dos atos processuais no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) Os atos processuais são públicos, mas tramitarão em segredo de justiça os processos em que o exija o interesse público ou estatal.
- b) O direito de consultar os autos de processo que tramite em segredo de justiça e de pedir certidões de seus atos é restrito às partes e aos seus procuradores.
- c) Os processos que versem sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação, união estável, filiação, alimentos e guarda de crianças e adolescentes poderão tramitar em segredo de justiça caso requerido pelas partes.
- d) Os processos que versem sobre arbitragem, inclusive sobre cumprimento de carta arbitral, tramitarão em segredo de justiça ainda que não haja cláusula de confidencialidade estipulada.
- e) O terceiro, independentemente de interesse jurídico, poderá requerer ao juiz certidão do dispositivo da sentença, bem como de inventário e de partilha resultantes de divórcio ou separação.

46. A citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Sobre esse importante ato processual, indique a alternativa correta:

- a) Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado em todos os casos como garantia de respeito ao contraditório e ampla defesa.
- b) O comparecimento espontâneo do réu ou do executado supre a falta ou a nulidade da citação, mas a contagem do prazo considerará a data do despacho citatório.
- c) Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido.
- d) Se a alegação de nulidade da citação for rejeitada, o réu e o executado serão considerados revéis.
- e) A citação poderá ser feita em qualquer lugar em que se encontre o réu, o executado ou o interessado, exceto em seu ambiente de trabalho.

47. A Lei nº 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais) estabelece a competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade. Sobre a competência dos Juizados, assinale a alternativa correta:

- a) Os Juizados Especiais Cíveis têm competência para as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo e as ações de despejo para uso próprio.
- b) A opção pelo procedimento previsto na Lei nº 9.099/95 importará em renúncia ao crédito excedente ao limite estabelecido, inclusive quando houver conciliação entre as partes.
- c) A opção pelo procedimento previsto na Lei nº 9.099/95 importará em renúncia ao crédito excedente ao limite estabelecido, cabendo ao autor ajuizar ação complementar para fazer jus ao valor excedente.
- d) Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, salvo quando de cunho patrimonial e observado o limite estabelecido pela Lei.

e) Em qualquer hipótese, a ação poderá ser proposta no foro de domicílio do autor, como manifestação do princípio do acesso à justiça.

48. Com base na Lei nº 9.099/95, assinale a alternativa correta quanto aos atos processuais e ao pedido nos Juizados Especiais:

- a) Os atos processuais serão públicos e realizados das 8 (oito) às 18 (dezoito) horas, sendo vedados os atos noturnos.
- b) Ao contrário do que acontece no Código de Processo Civil, na contagem de prazos em dias, legais ou judiciais, serão considerados os dias corridos.
- c) Registrado o pedido, independentemente de distribuição e autuação, a Secretaria do Juizado designará a sessão de conciliação, a realizar-se no prazo de quinze dias.
- d) O processo instaurar-se-á com a apresentação do pedido, escrito ou oral, sendo possível a alternatividade ou cumulatividade. Neste caso, os pedidos deverão ser conexos e poderão ultrapassar o limite fixado pela Lei.
- e) Todos os atos processuais deverão ser registrados resumidamente, em notas manuscritas, datilografadas, taquigrafadas ou estenotipadas, devendo ser inutilizados após o trânsito em julgado da decisão.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

49. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A *abolitio criminis* configura exceção ao princípio da irretroatividade da lei penal.
- b) Em relação ao lugar do crime, o Código Penal adotou a teoria do resultado.
- c) Ao crime praticado por brasileiro em território estrangeiro pode ser aplicada a lei brasileira.
- d) Leis temporárias são aquelas que têm vigência por um período predeterminado.
- e) A lei penal pátria pode ser aplicada ao estrangeiro que comete crime fora do território nacional, sendo a vítima brasileira.

50. Assinale a assertiva correta no tocante às disposições do Código Penal relativas à culpabilidade e imputabilidade:

- a) a pena pode ser reduzida de um a dois terços se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- b) os menores de 21 (vinte e um) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial;
- c) constatada a semi-imputabilidade do acusado, o juiz pode, atendendo aos demais critérios legais, aplicar-lhe pena reduzida de 1/3 a 1/2.
- d) se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência à ordem, manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem.
- e) a embriaguez voluntária ou culposa pelo álcool ou substância de efeitos análogos exclui a imputabilidade penal

51. Assinale a opção correta:

- a) O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas não permite a punição por crime culposos, ainda que previsto em lei.
- b) Não responde pelo crime o terceiro que determina o erro.
- c) O desconhecimento da lei é inescusável, mas o erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, poderá diminuir a pena de um sexto a um terço.
- d) O desconhecimento da lei é considerado circunstância atenuante.
- e) Se o fato é cometido sob coação resistível, só é punível o autor da coação.

52. Com relação à pena de multa elencada no Código Penal, considere as seguintes assertivas e assinale a alternativa correta:

- a) Na hipótese de concurso de crimes, sua aplicação segue as regras do concurso formal, concurso material e crime continuado.

- b) A situação econômica do réu não é critério para sua fixação.
- c) Sua prescrição dar-se-á em 2 (dois) anos, quando for a única cominada ou aplicada.
- d) Será destinada ao ofendido ou aos seus sucessores da quantia fixada na sentença e calculada em dias-multa. Será, no mínimo, de 10 (dez) e, no máximo, de 360 (trezentos e sessenta) dias-multa.
- e) Deve ser paga dentro de 30 (trinta) dias depois de transitada em julgado a sentença

53. No que se refere aos crimes contra o patrimônio, assinale a opção correta:

- a) o concurso de duas ou mais pessoas é causa de aumento de pena do furto e circunstância qualificadora do roubo;
- b) A receptação é punível, ainda que desconhecido ou isento de pena o autor do crime de que proveio a coisa.
- c) O roubo impróprio poderá ser cometido mediante violência, grave ameaça ou qualquer outro meio que reduza a vítima à impossibilidade de resistência.
- d) O crime de estelionato é praticado quando alguém subtrai, para si ou para outrem, coisa alheia móvel consistente em vantagem ilícita, em prejuízo alheio, com abuso de confiança, ou mediante fraude;
- e) É considerado qualificado o crime de furto (CP, art. 155, § 4º) praticado por funcionário público (ou equiparado) no exercício da função.

54. Assinale a alternativa que reúne exclusivamente os crimes próprios de funcionário público contra a Administração Pública.

- a) prevaricação, concussão, corrupção passiva e usurpação de função pública.
- b) peculato, excesso de exação, falsificação de documento público e corrupção ativa.
- c) desacato, peculato culposo, corrupção ativa e prevaricação.
- d) facilitação de contrabando ou descaminho, advocacia administrativa, peculato e tráfico de influência.

- e) prevaricação, abandono de função, concussão e modificação não autorizada de sistema de informações.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

55. O prazo para o ajuizamento da queixa-crime é:

- a) de seis meses, iniciando a fluência desse prazo no dia seguinte ao dia em que o ofendido vem a saber quem é o autor do crime.
- b) de trinta, iniciando a fluência desse prazo no dia seguinte ao dia em que o ofendido vem a saber quem é o autor do crime.
- c) de seis meses, iniciando a fluência desse prazo no dia em que o ofendido vem a saber quem é o autor do crime.
- d) de trinta dias, iniciando a fluência desse prazo no dia em que o ofendido vem a saber quem é o autor do crime.
- e) enquanto não estiver prescrito o crime praticado.

56. Analise as proposições seguintes.

- I. Na ação penal pública condicionada, a representação do ofendido pode ser retratada até o recebimento da denúncia.
- II. Na ação penal privada subsidiária da pública, o Ministério Público pode aditar a queixa, intervir em todos os termos do processo e interpor recurso.
- III. No caso de morte do ofendido, somente o cônjuge tem o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação penal privada.
- IV. Na ação penal pública o Ministério Público não pode desistir da ação penal.

As proposições corretas são, apenas,

- a) I, II e III.
- b) II e IV, apenas.
- c) II, III e IV.
- d) I e II, apenas.

e) I, II e IV.

57. Nos termos do art. 252 do CPP, o juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que

- a) ele próprio ou seu cônjuge ou seu irmão for amigo íntimo de qualquer das partes.
- b) for parte entidade associativa ou de classe da qual faça ou tenha feito parte.
- c) seu amigo íntimo for credor ou devedor, tutor ou curador de qualquer das partes.
- d) tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão.
- e) ele próprio ou seu cônjuge ou parente em linha reta ou colateral até o terceiro grau tiver servido como testemunha.

58. Com relação à Lei n. 7.960/89, que dispõe sobre prisão temporária, assinale a afirmativa correta.

- a) O prazo da prisão, seja qual for o crime, é de 30 dias prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- b) O prazo, em se tratando de crime hediondo ou assemelhado, é de trinta dias, enquanto nos demais é de cinco dias, não sendo possível a prorrogação.
- c) O juiz poderá decretá-la de ofício, ou a atendendo representação da autoridade policial ou a requerimento do Ministério Público.
- d) Decorrido o prazo contido no mandado de prisão, a autoridade responsável pela custódia deverá, independentemente de nova ordem da autoridade judicial, colocar imediatamente o preso em liberdade, salvo se já tiver sido comunicada da prorrogação da prisão temporária ou da decretação da prisão preventiva.
- e) Os presos temporários, dentro do possível, devem ficar separados dos demais detentos.

59. Com relação à sentença penal, é correto afirmar que

- a) deverá conter, obrigatoriamente, o nome completo das partes.

b) é sujeita a embargos de declaração, que no rito sumaríssimo devem ser opostos no prazo de 5 (dois) dias.

c) poderá reconhecer nova definição jurídica do fato descrito na denúncia, sem que seja precedida de aditamento, mesmo que aplique pena mais grave.

d) fixará valor máximo para reparação dos danos causados pela infração, mas apenas se houver – por exigência legal – expresse pedido da vítima nesse sentido.

e) não poderá mencionar as circunstâncias agravantes ou atenuantes definidas no Código Penal, pelo Juiz reconhecidas.

60. João foi denunciado e condenado pela prática do crime de furto qualificado à pena privativa de liberdade de 2 anos e 6 meses de reclusão. Inconformado com a pena aplicada, o advogado contratado pelo Réu inconformado com respeitável decisão deve interpor o recurso de:


- a) apelação, no prazo de 5 dias, com razões a serem oferecidas no prazo de 8 dias.
- b) apelação, no prazo de 8 dias, com razões a serem oferecidas no prazo de 5 dias.
- c) apelação, no prazo de 10 dias.
- d) apelação, no prazo de 15 dias.
- e) recurso em sentido estrito, no prazo de 2 dias.

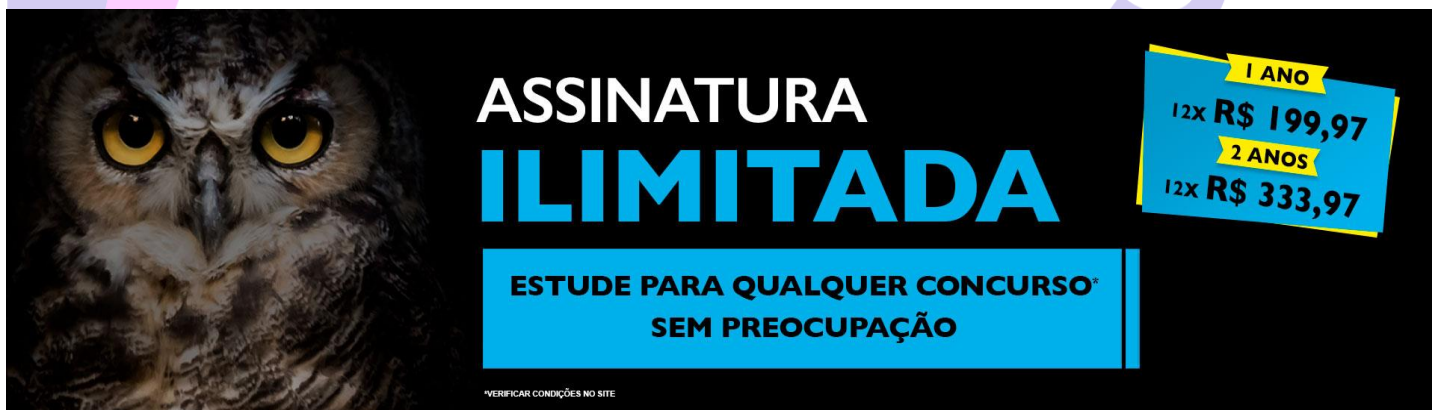
Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TJ-SC-Técnico-18-04-20>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!

 **Estratégia**



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE